DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

www.pwc.com.br

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santa Cruz Power Corporation
Usinas Hidroelétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

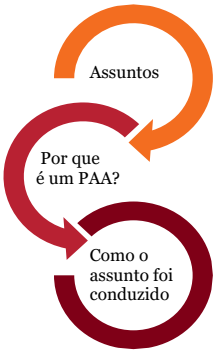
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Power Corporation
Usinas Hidroelétricas S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Monitoramento dos índices de *covenants*	
Conforme descrito na Nota 18 a Companhia mantém contratos de dívidas com cláusulas restritivas (*covenants*) com os debenturistas. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulante. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.	As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) Leitura dos contratos de endividamento, visando entender as cláusulas existentes. (ii) Obtenção dos controles da administração sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas. (iii) Teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas de *covenants,* com base nas referidas demonstrações financeiras; considerando análise e interpretação dos seus componentes financeiros. (iv) Confirmação, por meio do envio das cartas de circularização às instituições financeiras, dos saldos em aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros, entre outras informações.
Gerenciamento de capital - risco de liquidez de curto prazo	
Conforme Nota 1.2, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 62.162 mil e passivo a descoberto de R$ 39.138 mil em 31 de dezembro de 2022. A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar auferindo lucros operacionais e de gerar liquidez. As projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, oscilações das taxas de juros e a definição dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como revisamos a coerência das principais premissas utilizadas pela Companhia na elaboração do fluxo de caixa. (ii) Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos. (iii) Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu acionista controlador para honrar os compromissos de curto e longo prazo.	Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas decorrentes de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Power Corporation
Usinas Hidroelétricas S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Lia Marcela Rusinque Fonseca
Signed By: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA:23243418836
CPF: 23243418836
Signing Time: 31 March 2023 | 20:10 BRT
ICP Brasil
69678CE1A9DA482F8735C67A50239BA2

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

1. Considerações iniciais

A Companhia seguiu bastante ativa no exercício de 2022, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de tecnologias de ponta em automação em nossos negócios e digitalização de atividades suportes, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados.

Os Resultados Operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 refletem um aumento na receita líquida vendas de energia de 10%, aumento nos custos operacionais principalmente pela repactuação do risco hidrológico no 3T21 (+R$ 16.738 mil) e diminuição das despesas gerais e administrativas, principalmente, devido a mudança do critério de rateio das despesas com pessoal das áreas corporativas e tecnologia da informação.

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 38.848 mil em dezembro de 2022 que representa um aumento de +40, 6% comparado com o mesmo período do ano anterior excluído o efeito não caixa da repactuação do risco hidrológico no 3T21 (R$ 16.738 mil).

A administração da Companhia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante nos negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Ambiente Macroeconômico

Encerramos o exercício de 2022 diante de um ambiente econômico doméstico e internacional desafiadores. Com os efeitos da pandemia do COVID-19 já assimilados, principalmente em virtude da significativa redução do contágio a partir do 3º trimestre do ano, a principal preocupação das autoridades no Brasil passou a ser o aumento da inflação, ocorrência mundial que apresentou rápida e importante evolução no Brasil, culminando com a elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com efeitos relevantes em vários segmentos da atividade econômica.

A atividade econômica mostrou sinais incipientes de perda de tração no exercício de 2022. O mercado de trabalho segue apresentando crescimento das contratações, com recuperação da renda. Estima-se crescimento de 3% do PIB em 2022 e crescimento projetado de 1,5% em 2023. O desempenho positivo do mercado de trabalho continuará sustentando o consumo das famílias em 2023, em um contexto em que a demanda doméstica tem se mostrado resiliente. A política monetária restritiva e o ambiente global, porém, contribuirão para a desaceleração da atividade. A inflação vem apresentando comportamento gradualmente mais benigno, inclusive em serviços. Como resultado, o IPCA encerrou 2022 em 5,8%. Em 2023, a inflação projetada permanece relativamente estável, em 2,7%. Diante disso, o Banco Central deve manter a taxa Selic estável em 13,75% por um período prolongado, com cortes apenas no final do ano, para 12,25%. Os riscos relacionados à economia global se mantêm. O aperto monetário de maior magnitude e duração nas economias desenvolvidas, o conflito no Leste Europeu e a expectativa de recessão à frente mantêm o grau de incerteza e a volatilidade dos ativos. Em adição, a atividade econômica mostra sinais de desaceleração. O controle da inflação continuará demandando uma política monetária restritiva neste e no próximo ano. A atuação dos bancos centrais continuará sendo o fator determinante para os preços de ativos e expectativas.

3. Ambiente Regulatório

Quanto aos aspectos legais e regulatórios, podemos destacar os seguintes eventos relevantes e que têm impactado a Companhia desde o segundo semestre de 2021: (i) a alteração do prazo final das outorgas de geração de energia elétrica, com o início do prazo vinculado à entrada em operação comercial dos empreendimentos, conforme previsto na Lei nº 14.120/2021; e (ii) a publicação das normativas necessárias para a solução de questões envolvendo o chamado Generation Scaling

Comentário do Desempenho

Factor – GSF, que vinha impactando de forma significativa o setor elétrico nos últimos anos.

Os efeitos decorrentes da alteração do prazo final das outorgas por força do disposto na Lei nº 14.120/2021 encontram-se vigentes e foram devidamente validados pela ANEEL, sendo aplicáveis à todas as SPEs, com exceção de Afluente Geração. Tais efeitos acarretaram a prorrogação do prazo final da outorga ao determinar o início a contagem do prazo da outorga a partir da entrada em operação comercial, conforme quadro abaixo:

SPE	Usina	Entrada em Operação Comercial	Data Final Outorga - Original	Novo Prazo Final da Outorga – Vigente (Lei nº 14.120/2021)
Santa Cruz	São Domingos II	07-mai-2009	27-nov-2031	07-mai-2039

Relativamente ao endereçamento das questões envolvendo o GSF, após a publicação da Lei nº 14.052/2020, a ANEEL editou sua Resolução Normativa nº 895/2020 – posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 945/2021 – que prevê a metodologia de cálculo para extensão dos prazos das outorgas das usinas hidrelétricas em troca da renúncia das ações judiciais que discutem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e, consequentemente, da quitação dos débitos em aberto junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tais resoluções reconhecem o direito à extensao dos prazos de outorga, os quais encontram-se garantidos, fato este que possibilitou à companhia registrar um ativo intangível no montante de R$16.738 mil no exercício de 2021, referente ao valor presente líquido das extensões das outorgas das usinas e, em contrapartida, reconher a recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda, nos mesmos montantes.

Em outubro de 2021, a Companhia aderiu à repactuação do GSF, formalizando assim a desistência da ação judicial referente ao tema (Processo Nº 0034944- 23.2015.4.01.3400).

Em 11 de novembro de 2021, os saldos devedores na CCEE foram liquidados no montante R$ 35.877. Neste momento, a Companhia aguarda a conclusão dos cálculos de conversão dos valores liquidados nos respectivos prazos adicionais de outorga – adicionais ao efeito apresentado na tabela acima – os quais estão sendo conduzidos pela ANEEL e pela CCEE e que serão oportunamente reportados pela Companhia.

4. Responsabilidade Social e ambiental

Desde sua criação, a Santa Cruz Power tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da companhia é gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios.

Desde 2021, foi desenvolvido o plano trienal de investimento social com o objetivo garantir a implantação e continuidade de nossos projetos. As ações contempladas no plano de investimento social têm, dentre outros, os seguintes focos: (i) melhoria na qualidade da água suprida e condições de saneamento básico para cerca de 320 famílias no interior da Bahia; (ii) implantação de placas de geração solar em asilos, creches e hospitais contribuindo para a descarbonização da matriz energética e visando redução do custo com compra de energia para os beneficiados; (iii) fornecimento de equipamento e treinamento para combate a incêndios florestais para brigadas e corpos de bombeiros que atuam nas proximidades de nossas usinas visando a proteção das matas nativas; (iv) ampliação das oportunidades de trabalho nas comunidades vizinhas com base no desenvolvimento do turismo e técnicas de pesca; e (v) criação de centros de ensino de informática.

Em 2022, foram investidos R$ 161 mil em Projetos Sociais. No terceiro trimestre, aplicamos R$ 101 mil em ações sociais importantes: para o município de São Domingos (GO), em 20 de dezembro, inauguramos o 1º Centro de Ensino de informática.

Para dar cumprimento e conceder estrita observância às leis e regramentos que se aplicam aos empreendimentos da Companhia, a Companhia executa diversos programas socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Os programas socioambientais em andamento são os abaixo relacionados: Programa de Monitoramento de Fauna terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Programa de Monitoramento da Vazão Afluente e Defluente; Programa de Monitoramento da Área de Preservação Permanente (APP); Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS); Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Monitoramento Limnológico, da Qualidade da Água e das Macrófitas Aquáticas; Programa de Controle de Zoonoses; Programa de Monitoramento Sedimentológico e Controle de Erosão; Programa de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida (TVR); Programa de Monitoramento de Ruído; Programa de Produtividade Pesqueira; Programa de Saúde; Programa de Controle de Processos Erosivos; Programa de Monitoramento Geológico e Geotécnico.

Em 2022 foi dada continuidade à execução dos Programas ambientais acima listados. Os resultados desses Programas também são os norteadores para a gestão dos ativos e tomada de decisão, além do desenvolvimento de ações estratégicas para evitar e/ou minimizar os impactos negativos a saúde humana, ao meio ambiente e a poluição gerada.

Todos os empreendimentos fazem gestão dos seus requisitos legais e atendimento às suas Licenças ambientais. No ano de 2022 foi obtida a renovação da Licença de Funcionamento da PCH São Domingos II, esta renovação incluiu a revisão e finalização de algumas condicionantes ambientais.

Comentário do Desempenho

5. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita líquida foi de R$ 53.165 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 10% (R$ 4.926 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior que é decorrente substancialmente do reajuste do preço da energia e melhor hidrologia. Abaixo o quadro com a composição da receita líquida:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida		
Receita com energia	55.322	50.151
(-) Impostos sobre vendas	(2.083)	(1.831)
(-) Encargos sobre concessão	(74)	(81)
	53.165	**48.239**

Geração Operacional de Caixa

O EBITDA é uma medida não contábil calculada a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utiliza esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional da Companhia. Abaixo o cálculo do EBITDA do exercício findo em dezembro de 2022 e 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.270	(5.265)
Depreciação e amortização	6.759	5.564
Resultado financeiro	23.570	42.893
Imposto de renda e contribuição social	2.249	1.893
EBITDA	39.848	45.085

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 39.848 mil no exercício findo em dezembro de 2022 (-11,6% frente 2021), impactado principalmente pela repactuação do risco hidrológico no 3T21 (+R$ 16.738 mil).

Resultado do exercício

A companhia apurou um lucro líquido de R$ 7.270 mil no exercício findo em dezembro de 2022, o que representa um aumento de R$ 12.535 mil em relação ao lucro apurado no mesmo período de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Comentário do Desempenho

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	53.165	48.239
Custo do serviço de energia elétrica	(18.572)	(5.654)
Lucro bruto	**34.593**	**42.585**
Despesas gerais e administrativas	(1.504)	(3.064)
Resultado com participações societárias	-	-
Lucro operacional	**33.089**	**39.521**
Receitas financeiras	2.570	1.618
Despesas financeiras	(26.140)	(44.511)
Resultado financeiro	**(23.570)**	**(42.893)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**9.519**	**(3.372)**
Imposto de renda e contribuição social	(2.249)	(1.893)
Lucro líquido do período	**7.270**	**(5.265)**

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2022, a posição da dívida da Companhia era de R$ 133.728 mil que representa uma redução de 10,46% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 cuja dívida total era de R$ 149.357 mil.

6. Impactos da pandemia (COVID-19)

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela OMS devido ao rápido aumento dos casos de doenças relacionados ao novo Coronavírus (Sars-CoV-2). A Companhia continua adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

7. Agradecimentos

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Balanço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo

Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.834	2.451
Contas a receber	8	6.415	5.982
Estoque	7	257	257
Tributos a recuperar	9	342	672
Despesas antecipadas	11	-	2
Partes relacionadas	10	-	5
Outras contas a receber	12	816	536
Total do ativo circulante		**15.664**	**9.905**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados a debêntures	13	9.990	8.955
Depósitos judiciais		-	9
Outras contas a receber	12	9	162
		10.000	**9.126**
Ativo de direito de uso		160	256
Imobilizado	15	127.174	131.960
Intangível	16	15.479	16.837
Total do ativo não circulante		**152.813**	**158.179**
Total do ativo		**168.477**	**168.084**

Passivo

Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	17	2.059	1.513
Debêntures	18	29.940	27.478
Partes relacionadas	10	3.007	3.216
Tributos e obrigações trabalhistas	19	867	1.013
Provisão garantia física e penal lastro energia	20	41.890	38.066
Arrendamento	14	64	69
Outras contas a pagar	20	-	242
Total passivo circulante		**77.826**	**71.597**
Não circulante			
Debêntures	18	103.787	121.879
Partes relacionadas	10	25.810	23.975
Provisão para contingências	21	-	793
Arrendamento	14	192	248
Total do passivo não circulante		**129.789**	**146.895**
Passivo a descoberto			
Capital social	22	37.158	33.158
Prejuízos acumulados	22	(76.296)	(83.566)
Total do passivo a descoberto		**(39.138)**	**(50.408)**
Total passivo e do passivo a descoberto		**168.477**	**168.084**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	23	53.165	48.239
Custo do serviço de energia elétrica	24	(18.572)	(5.654)
Lucro bruto		**34.593**	**42.585**
Despesas gerais e administrativas	25	(1.504)	(3.064)
Lucro operacional		**33.089**	**39.521**
Receitas financeiras		2.570	1.618
Despesas financeiras		(26.140)	(44.511)
Resultado financeiro	26	**(23.570)**	**(42.893)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**9.519**	**(3.372)**
Imposto de renda e contribuição social	27	(2.249)	(1.893)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**7.270**	**(5.265)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações R$	22	0,19	(0,31)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.270	(5.365)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**7.270**	**(5.365)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Passivo a descoberto
Em 01 de janeiro de 2021	**7.158**	**-**	**(78.301)**	**(71.143)**
Aumento de capital (Nota 23.1)	39.000	(13.000)		26.000
Prejuízo do exercício	-	-	(5.265)	(5.265)
Em 31 de dezembro de 2021	**46.158**	**(13.000)**	**(83.566)**	**(50.408)**
Em 01 de janeiro de 2022	**46.158**	**(13.000)**	**(83.566)**	**(50.408)**
Lucro líquido do exercício	-	-	7.270	7.270
Aumento de capital (Nota 23.1)	-	4.000	-	4.000
Em 31 de dezembro de 2022	**46.158**	**(9.000)**	**(76.296)**	**(39.138)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Santa Cruz Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**9.519**	**(3.372)**
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação e amortização	6.663	5.532
Baixa de ativo imobilizado	-	27
Depreciação de ativo de direito de uso	96	32
Provisão para contingência	-	100
Juros, variações monetárias - debêntures	20.413	28.804
Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas	1.305	1.085
Repactuação de riscos hidrológicos	-	(16.738)
Provisão de juros - passivo de arrendamento	-	38
Provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia	3.443	17.545
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(433)	(268)
Estoque	-	(32)
Tributos a recuperar	330	(191)
Partes relacionadas	388	2.245
Outras contas a receber	(127)	64
Despesas antecipadas	2	-
Depósitos vinculados a debentures	(1.035)	-
Fornecedores	546	(3.282)
Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia	381	(33.159)
Provisão para contingência	(793)	-
Outras contas a pagar	(242)	(2.722)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	(146)	(80)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**40.309**	**(4.372)**
Juros pagos de debêntures	(13.224)	(13.695)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.249)	(1.828)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**24.836**	**(19.895)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(519)	(555)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(519)**	**(555)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures	(22.901)	(19.451)
Depósitos vinculados a debêntures	-	687
Pagamento de arrendamento mercantil	(32)	(9)
Aumento de capital	4.000	26.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(18.933)**	**7.227**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**5.384**	**(13.223)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.451**	**15.674**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.834**	**2.451**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. (a "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 24 de setembro de 1997 e permaneceu sem movimentação financeira e econômica até março de 2005, quando foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Contour Global do Brasil Participações S.A..

Em 30 de junho de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”) através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Contour Global do Brasil Participações S.A e de suas investidas. O controlador direto da Companhia continua sendo a Countor Global do Brasil Participações S.A, porém com a nova razão social de Essentia PCHs S.A.

O objeto social da Companhia é a produção independente de energia elétrica, conforme a Resolução no 510, de 26 de novembro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina, bem como uma linha de transmissão para interligação à subestação, com a comercialização da energia elétrica produzida.

Em consonância com seu objeto social a Companhia obteve autorização da ANEEL (Resolução no 510,de 26 de novembro de 2001, Despacho no 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho no 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploraçãodo potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, com 24,66 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão,em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

A ANEEL, por meio do Despacho no 1.680 de 06 de maio de 2009, autorizou o início da operação comercial da PCH São Domingos II a partir de 7 de maio de 2009. O comissionamento das instalaçõesdas linhas de transmissões ocorreu em 12 de dezembro de 2009, possibilitando a efetiva entrada em operação.

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, cuja promulgação das partes vetadas ocorreu em 11 de junho de 2021, alterando o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

A nova Lei incluiu a possibilidade de ajuste do prazo de outorga de autorização de geração de energiaelétrica com prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora desde que (i) a usina tenha entrado em operação até 1º de setembro de 2020, (ii) possua outorga com vigência de 30 anos e que (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passaa ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL.

Ao final do prazo de autorização, não havendo prorrogação, os seus bens e instalações vinculados a produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de março de 2023.

1.2 Situação financeira

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço é de R$ 62.162 (R$ 61.692 em 31 dezembro de 2021) e decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses e da provisão de garantia física e penalidade de lastro de energia. O patrimônio líquido está negativo no montante de R$ 39.138 (R$ 50.408 em 2021).

A administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo e eventuais aportes de capital pelos acionistas se necessário.

	31/12/2022	31/12/2021
Total do ativo circulante	15.664	9.905
Total do passivo circulante	77.826	71.597
Capital circulante líquido negativo	**(62.162)**	**(61.692)**

1.3 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

a) Aumento de capital

Em 2022 a Contour Global Brasil Participações S.A. integralizou capital na Companhia no montante de R$4.000.

b) Repactuação do risco hidrológico – *Generation Scaling Factor* (GSF)

Em 06 de julho de 2021 a Companhia manifestou interesse em adesão aos termos de extensão da outorga de suas usinas hidrelétricas participantes do MRE de que trata a Lei nº 14.052.

Em 03 de agosto de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a resolução homologatória Nº 2.919 cujo tempo estimado de extensão de outorga está apresentado abaixo, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública pela Companhia.

Usinas	Impacto Financeiro - Valor Atual (Em milhões de reais)	Fim da extensão da outorga
São Domingos II	16,74	Maio de 2039

A Companhia registrou um ativo intangível (Nota 16) no montante de R$ 16.738. Em contrapartida, reconheceu uma recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda nas demonstrações do resultado (Nota 24), no mesmo montante. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão, serão ajustados conforme os novos prazos de concessão da usina.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Em outubro de 2021, a Companhia aderiu a repactuação do GSF, formalizando assim a desistência da ação judicial referente ao tema (Processo Nº 0034944-23.2015.4.01.3400) e em 11 de novembro de 2021 efetuou o pagamento no montante de R$ 35.877.

c) Impactos COVID-19

A Companhia continua monitorando os efeitos do Covid-19 nos mercados em que atua, principalmente no que diz respeito às medidas restritivas adotadas por essas jurisdições. Está analisando continuamente a situação e atuando para minimizar os impactos nas operações e na situação patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar as medidas cabíveis, garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e segurança de todos. Observamos uma redução nas restrições em geral durante o ano de 2022 quando comparado com ao ano de 2021. Durante os doze meses de 2022 não identificamos impactos relevantes na posição financeira da Companhia, porém continuaremos a monitorar potenciais impactos futuros.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

(i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.

(ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

(iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A Companhia e suas controladas analisaram as alterações nas normas contábeis acima e não constataram impactos em suas operações e políticas contábeis.

2.1.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda doprincipal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos e passivosmensurados em moedas estrangeiras, assim como não teve, durante os exercícios de 2022 e de 2021,operações e transações em moedas estrangeiras.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, referem-se a debêntures, contas a pagar a fornecedores de produtos e serviços, passivo de arrendamento, inclusive as provisões para tais obrigações, outras contas a pagar e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito dessespassivos financeiros é obter recursos para suas operações. A Companhia possui como ativos financeiros: contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a receber de partes relacionadas depósitos vinculados à debêntures, saldos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo riscode moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração.

É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

(ii) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

A Companhia mantém debêntures associadas a taxa de juros local, gerando exposição à variação dessataxa. as debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxode caixa, e as debêntures emitidas à taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associadoà taxa de juros.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros mensalmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordocom as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não possuía contratos de derivativos de taxa de juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentesde caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixorisco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

As atividades operacionais da Companhia são reguladas pela ANEEL, órgão regulador do setor de Energia Elétrica no Brasil. As receitas provenientes das operações possuem contratos de longo prazo de geração de energia, diminuindo a exposição de risco de crédito.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos,além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que a Companhia não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e caixa disponível de R$7.834 (R$2.451 em 2021) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	2.059				2.059
Debêntures	36.625	73.554	54.700	-	164.879
Partes relacionadas	3.007	25.810			28.817
Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	41.890				41.890
Passivo de arrendamento	64	192			256
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	1.513				1.513
Debêntures	27.478	47.409	55.128	19.588	149.603
Partes relacionadas	3.216	23.975			27.191
Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia	38.066				38.066
Passivo de arrendamento	69	248			317
Outras contas a pagar	242				242

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nívelde endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capitaltotal. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixae equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Total das debêntures	18	133.728	149.357
(-) caixa e equivalentes de caixa	6	(7.834)	(2.451)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	13	(9.990)	(8.955)
Dívida líquida		**115.903**	**137.951**
Total do passivo a descoberto	22	(39.138)	(50.408)
Total do capital (passivo a descoberto e dívida líquida)		**76.765**	**87.543**
Índice de alavancagem financeira - %		**151%**	**158%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes

Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE asseguraque, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física ("GSF") pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passadotambém foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cadaum. Desta forma, a usina da Companhia participante do MRE têm sua Garantia Física afetada positivaou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Adicionalmente, à usina da Companhia participante do MRE foi atribuída garantia física pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A Garantia Física determina o montantede lastro de energia que está usina tem para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação à usina da Companhia, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua Garantia Física a ela atribuída o que pode ocasionar a redução de suas Garantias Físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela Área Comercial e pelo Comitê de Comercialização de Energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo.

Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o métododa taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

(a) Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado e mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determinaa classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem "Outras contas a receber", "Partes relacionadas", "Contas areceber" e "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos vinculados a debêntures".

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados.

(c) Impairment de ativos financeiros Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos Financeiros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.834	2.451
Contas a receber	7	6.415	5.982
Partes relacionadas	10	-	5
Depósitos vinculados a debêntures	13	9.990	8.955
Outras contas a receber	12	825	698
Ao custo amortizado		**25.065**	**18.091**

Passivos Financeiros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	18	133.728	149.357
Partes relacionadas	10	28.817	27.191
Fornecedores	17	2.059	1.513
Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia	20	41.890	38.066
Passivo de arrendamento	14	256	317
Outras contas a pagar	20	-	242
Ao custo amortizado		**206.749**	**216.686**

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seuvalor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo dos empréstimos classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que os principais empréstimos têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos decurto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em banco e em caixa	5.587	1.483
Recursos em aplicações financeiras	2.247	968
	7.834	**2.451**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) atrelados à taxa DI (Certificado de Depósito Bancário) e Fundos de Investimentos, remunerados à taxa média de 99% (99% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas noativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas areceber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contas a receber é de R$ 6.415 (R$ 5.982 em 31 de dezembro de 2021) .

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	6.415	5.982
	6.415	**5.982**

Aging

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	6.186	5.982
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 90 dias	229	-
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	6.415	**5.982**

8 Estoques

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizadoscom base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção das usinas ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor decusto médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de estoques é de R$ 257 (R$ 257 em 31 de dezembro 2021).

9 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos de renda retidos na fonte.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
IRRF	337	652
COFINS e PIS a recuperar	3	3
IRPJ e CSLL	1	-
ICMS	-	16
Outros	1	1
	342	**672**

10 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas com empresas coligadas, ligadas e acionistas.As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No cursonormal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, ligadas eacionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

		31/12/2022		31/12/2021		
Empresas	**Natureza**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Ativo circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**
Essentia PCHs S.A.	Custo compartilhado	209	-	5	74	
Contour Global do Brasil Particip. S.A.	Custo compartilhado	-	-	-	2.798	
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Custo compartilhado	-	-	-	2	
		209	**-**	**5**	**2.874**	**-**
Essentia PCHs S.A.	Outras contas a pagar	2.798	-	-	-	-
		2.798	**-**	**-**	**-**	**-**
Essentia PCHs S.A.	Contratos de mútuo	-	25.810	-	-	23.975
		-	**25.810**	**-**	**-**	**23.975**
Essentia PCHs S.A.	Contas a pagar	-	-	-	241	-
Rio PCH I S.A.	Contas a pagar	-	-	-	101	-
		-	**-**	**-**	**342**	**-**
Total		**3.007**	**25.810**	**5**	**3.216**	**23.975**

	Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não Circulante			
Movimentação	**Custo compartilhado**	**Total**	**Custo compartilhado**	**Contas a pagar**	**Total**	**Custo compartilhado**	**Contas a pagar**	**Contrato de mútuo**	**Total**
Saldo em 01/01/2021	**4**	**4**	**226**		**226**	**402**	**342**	**22.890**	**23.634**
Ingresso		-	1.816		1.816	(364)			(364)
Resultado	5	5	3.010		3.010	(38)			(38)
Pagamento	(4)	(4)	(2.178)		(2.178)				-
Provisão de juros		-			-			1.085	1.085
Transferência		-		342	342		(342)		(342)
Saldo em 31/12/2021	**5**	**5**	**2.874**	**342**	**3.216**	**-**	**-**	**23.975**	**23.975**
Saldo em 01/01/2022	**5**	**5**	**2.874**	**342**	**3.216**	**-**	**-**	**23.975**	**23.975**
Ingresso		-		209	209				-
Resultado		-			-			1.591	1.591
Liquidação	(5)	(5)	(76)	(342)	(418)				-
Reclassificação		-	(2.798)	2.798	-			244	244
Saldo em 31/12/2022	**-**	**-**	**-**	**3.007**	**3.007**	**-**	**-**	**25.810**	**25.810**

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Empresas	Natureza	31/12/2022 Resultado	31/12/2021 Resultado
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	Despesa de custo compartilhado		(1.452)
Essentia PCHs S.A.	Despesa de custo compartilhado	(209)	
		(209)	**(1.452)**
Essentia PCHs S.A.	Despesas de juros de contratos de mútuo	(1.591)	(1.085)
		(1.591)	**(1.085)**
Total das despesas		**(1.800)**	**(2.537)**

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

a) Compartilhamento de custos e despesas entre empresas
Até o mês de junho de 2022, a Companhia mantinha contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora, o qualtem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas.

b) Compartilhamento de despesas escritório de São Paulo
Até o mês de junho de 2022, a Companhia mantinha contrato de compartilhamento de despesas com a Contour Global do Brasil Holding Ltda. com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal e tecnologia da informação, as quais são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entreas partes.

c) Compartilhamento de custos e despesas Centro de Inteligência
Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, também até o mês de junho de 2022 o Grupo mantinha contrato referenteaos custos do centro de inteligência, com a Contour Global do Brasil Holding Ltda.

O centro de inteligência de Natal – RN monitorava as operações de todas as usinas eólicas e hidrelétricasdo Grupo Contour Global no Brasil, nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhadosde acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

Em 30 de junho de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”) através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da controlador da Companhia, Contour Brasil Participações S.A , e de suas controladas. Durante o segundo semestre de 2022 (meses de julho a dezembro de 2022) não ocorreram compartilhamento entre as empresas. Porém os custos incorridos pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding I S.A e Infraestrutura Brasil Holding IV S.A (empresas que também são investidas do Pátria Infraestrutura IV) relacionadas a Essentia PCHs durante os meses de julho a dezembro de 2022 foram repassadas para a Essentia PCHs (nova razão social da Contour Brasil Participações S.A), que por sua vez foram repassadas para as investidas de acordo com a capacidade instalada. O valor relativo a Companhia é de R$ 209.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

d) Contratos de mútuo

Os contratos de mútuo com partes relacionadas são em moeda local, com encargos financeiros e remuneratórios de 0,5% ao mês.

e) Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia até o mês de junho de 2022 era paga como honorários de prestação de serviços pela controladora e pelas controladas da Companhia. A partir de 30 de junho de 2022, com a alteração dos controladores, não houve novos valores de remuneração, visto que a administração do Grupo do qual a Companhia está inserida, é consolidada em uma única empresa e ainda não foi realizado um contrato de compartilhamento.

11 Despesas antecipadas

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento de forma linear, durante o prazo do contrato. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuia saldos em aberto (R$ 2 em 31 de dezembro de 2021).

12 Outras contas a receber

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorremde eventos passados.

Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorranos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	168	50
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	648	486
	816	**536**
Não circulante		
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	162
	-	**162**
Total	**816**	**698**

13 Depósitos vinculados a debêntures

O saldo dos depósitos vinculados refere-se às aplicações financeiras mantidas no Banco Itaú, a título de garantia do pagamento do contrato de empréstimo mantido junto ao mesmo banco. A posição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 9.990 (R$ 8.955 em 2021).

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

14 Arrendamento

Política contábil

A Companhia efetua o arrendamento de veículos onde os valores na data base de 31 de dezembro de 2022 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos

veículos cujo prazo é de três anos, considerando uma taxa de inflação de 3,8% ao ano e atualizados a valor presente à uma taxa desconto de 10,58% ao ano.

a) Ativo de direito de uso

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Ativo de direito de uso	160	256
	160	**256**

A movimentação de saldos do ativo de uso é evidenciada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	256	-
Adição		288
Depreciação	(96)	(32)
31 de dezembro	**160**	**256**

b) Passivo de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Total do passivo circulante	64	69
	64	**69**
Passivo não circulante	192	248
Total do passivo não circulante	**192**	**248**
Total Passivo	**256**	**317**

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	**317**	**-**
Adição (baixa)	(29)	288
Pagamento passivo de arrendamento	(32)	(9)
Apropriação de juros		38
31 de dezembro de 2022	**256**	**317**

15 Imobilizado

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo,reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordocom as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábildo ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adultoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2021	**45**	**3.259**	**79.972**	**47.999**	**4.975**	**136.250**
Adição	536	-	-	19	-	555
Depreciação			(2.376)	(2.279)	(163)	(4.818)
Baixa				(23)	(4)	(27)
Transferência	(570)	-	200	285	85	-
Em 31 de dezembro de 2021	**11**	**3.259**	**77.796**	**46.001**	**4.893**	**131.960**
Custo	11	3.259	107.241	72.706	6.922	190.139
Depreciação acumulada			(29.445)	(26.705)	(2.029)	(58.179)
Em 31 de dezembro de 2021	**11**	**3.259**	**77.796**	**46.001**	**4.893**	**131.960**
Em 01 de janeiro de 2022	**11**	**3.259**	**77.796**	**46.001**	**4.893**	**131.960**
Adição	291			150		441
Depreciação			(2.369)	(2.174)	(180)	(4.723)
Baixa					(8)	(8)
Transferência (i)	(294)		96	(295)	(3)	(496)
Saldo contábil, líquido	**8**	**3.259**	**75.523**	**43.682**	**4.702**	**127.174**
Custo	8	3.259	107.337	72.561	6.911	190.076
Depreciação acumulada	-	-	(31.814)	(28.879)	(2.209)	(62.902)
Em 31 de dezembro de 2022	**8**	**3.259**	**75.523**	**43.682**	**4.702**	**127.174**

a) Bens em garantia

Conforme prospecto de colocação de debêntures, a Companhia aliena fiduciariamente, em garantia irrevogável e irretratável do empréstimo, algumas máquinas e equipamentos as quais compreendem: comporta, pórtico rolante, gerador síncrono, turbina, transformador elevador, transformador de tesão, dentre outros, totalizando R$ 31.902.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

16 Intangível

Política contábil

a) Direito de autorização

Resolução autorizativa relativa a repactuação do risco hidrológico (nota 1.3) recebida pela Companhia para atuar como produtor independente de energia elétrica pelos prazos estabelecidos nas outorgas.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos comoativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não sãoreconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Direito da autorização	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2021	**-**	**813**	**813**
Adição	16.738		16.738
Amortização		(714)	(714)
Saldo contábil, líquido	**16.738**	**99**	**16.837**
Custo	16.738	1.066	17.804
Amortização acumulada	-	(967)	(967)
Em 31 de dezembro de 2021	**16.738**	**99**	**16.837**
Em 01 de janeiro de 2022	**16.738**	**99**	**16.837**
Amortização	(1.818)	(122)	(1.940)
Transferência (ii)	(193)	775	582
Saldo contábil, líquido	**14.727**	**752**	**15.479**
Custo	16.545	1.841	18.386
Amortização acumulada	(1.818)	(1.089)	(2.907)
Em 31 de dezembro de 2022	**14.727**	**752**	**15.479**

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

17 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	1.254	665
Compra de energia	805	841
Taxa de fiscalização Aneel	-	7
	2.059	**1.513**

18 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado,isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são capitalizados como despesas antecipadas e amortizados pelo prazo contratual da dívida, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida,os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Debêntures	29.940	27.478
	29.940	**27.478**
Não circulante		
Debêntures	103.950	122.125
(-) Custo de colocação debêntures	(163)	(246)
	103.788	**121.879**
Total debêntures	**133.728**	**149.357**

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Composição por movimentação

	Natureza		Passivo circulante	Natureza		Passivo não circulante	Total Geral
Movimentação	Debêntures	(-) Custo de Colocação Debêntures	Total	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total	Total Geral
Saldo em 01/01/2021	**23.966**	**-**	**23.966**	**130.081**	**(348)**	**129.733**	**153.699**
Provisão de juros	13.614		13.614		102	102	13.716
Atualização monetária	3.593		3.593	11.495		11.495	15.088
Liquidação do principal	(19.451)		(19.451)			-	(19.451)
Liquidação dos encargos	(13.695)		(13.695)			-	(13.695)
Tranferência	19.451		19.451	(19.451)		(19.451)	-
Saldo em 31/12/2021	**27.478**	**-**	**27.478**	**122.125**	**(246)**	**121.879**	**149.357**
Saldo em 01/01/2022	**27.478**	**-**	**27.478**	**122.125**	**(246)**	**121.879**	**149.357**
Ingresso			-				
Provisão de juros	12.330		12.330	-	-	-	12.330
Amortização de custos de emissão de dívida	-		-	-	83	83	83
Atualização monetária	3.356		3.356	4.727	-	4.727	8.083
Liquidação do principal	(22.901)		(22.901)	-	-	-	(22.901)
Liquidação dos encargos	(13.224)		(13.224)	-	-	-	(13.224)
Tranferência	22.901		22.901	(22.901)	-	(22.901)	(0)
Saldo em 31/12/2022	**29.940**	**-**	**29.940**	**103.951**	**(163)**	**103.788**	**133.728**

A captação de debêntures no valor total de R$ 175 milhões, emitidas em 15 de junho de 2013, com vencimento final em 15 de junho de 2027, a ser pago em 57 parcelas, vencíveis trimestralmente, corrigidos pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a ser à taxa de 8,8% a.a., conforme repactuação. Os recursos provenientes desta emissão, foram parcialmente destinados à liquidação dos empréstimos junto ao BNDES.

Composição, por ano de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	27.478
2023	29.940	22.805
2024	26.978	24.603
2025	29.061	26.503
2026	31.332	28.625
2027	16.580	19.589
	133.891	**149.603**

Cláusulas restritivas financeiras (covenants)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia e nas demonstrações financeiras consolidadas da sua controladora Essentia PCHs S.A.. Em 31 de dezembro de 2022 os índices financeiros foram atingidos.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, considerando sempre os 12 (doze) meses, anteriores ao mês de referência das demonstrações financeiras e Índice Financeiro (Dívida Liquida/EBITDA) de no máximo 5.0x para o ano de referência 2022.

19 Tributos a pagar e obrigações trabalhistas

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecerno balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, por IOF (Imposto sobre operação financeira), PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	403	518
Imposto sobre serviço - ICMS e ISS	14	11
PIS e COFINS a pagar	217	172
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	195	44
Salários e encargos sociais	17	157
IOF a pagar	-	108
Outros	21	3
	867	**1.013**

20 Provisões e outras contas a pagar

Política contábil

As outras contas a pagar e provisões são reconhecidas quando:

(i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* comoresultado de eventos já ocorridos;

(ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(iii) O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe deobrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigaçãoem decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

a) Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	41.890	38.066
	41.890	**38.066**

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e º 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II, em Goiás. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionando e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro é conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	**38.066**	**53.680**
Provisão/reversão	381	3.132
Atualização monetária	3.443	14.413
Pagamento		(35.877)
Reclassificação		2.718
Saldo final em 31 de dezembro	**41.890**	**38.066**

b) Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Fianças Bancárias	-	242
Outras contas a pagar		
	-	**242**
Total de outras contas a pagar	**-**	**242**

21 Provisão para contingências

Política contábil

A Companhia está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo, a Companhiaconsidere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidara obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Contingências - perdas prováveis

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	-	793
	-	**793**

Contingências - perdas possíveis

A Companhia é parte em ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais nãohá provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Tributários e Regulatório	14.882	17.708
	14.882	**17.708**

O saldo de em 31 de dezmebro de 2022 refere-se a processos judiciais e administrativos, que têm como matérias mais relevante o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias e a anulação da aplicação do procedimento de revisão automática de garantia física.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

	31 de dezembro de 2022		
Acionista	**Participação - %**	**Quantidade de ações**	**Total**
Essentia PCHs S.A.	100%	39.014.847	37.158
	100%	39.014.847	37.158

	31 de dezembro de 2021		
	Participação - %	**Quantidade de ações**	**Total**
Contour do Brasil Participações S.A.	100%	39.014.847	33.158
	100%	39.014.847	33.158

Em 2021 a Contour Global Brasil Participações S.A. aumentou o capital da Companhia no montante de R$ 39.000, sendo que R$26.000 foram integralizados em 2021 e R$ 4.000 em 2022.

22.2 Prejuízo por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/Prejuizo atribuível aos acionistas da Companhia	7.270	(5.265)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	39.015	16.966
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	**0,19**	**(0,31)**

23 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes deenergia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes.

As receitas operacionais da Companhia são baseadas em contratos de geração de energia hídrica de longo prazo, com duração de 30 anos, com distribuidoras de energia.

Composição

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida		
Receita com energia	55.322	50.151
(-) Impostos sobre vendas	(2.083)	(1.831)
(-) Encargos sobre concessão	(74)	(81)
	53.165	**48.239**

24 Energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso do sistema de conexão e transmissão e taxa de fiscalização e custo de operação

Custo de venda de energia elétrica	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(7.744)	2.695
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão (a)	(567)	(515)
Custo de operação (b)	(10.261)	(7.834)
	(18.572)	**(5.654)**

(a) Energia elétrica comprada para revenda e encargos de transmissão

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de transmissão	(567)	(515)
	(567)	**(515)**
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(5.824)	(13.951)
Custo de liquidação CCEE	(1.920)	(92)
(-) Repactuação GSF (ii)	-	16.738
	(7.744)	**2.695**

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física.
(ii) Refere-se ao impacto da repactuação do risco hidrológico (Nota 1.3).

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

(b) Custo de operação

Custo de operação	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(1.110)	(1.113)
Manutenções	-	(328)
Materiais e serviços de terceiros	(1.889)	(829)
Depreciações e amortizações - direito de uso	(96)	(32)
Depreciações e amortizações	(6.663)	(5.532)
Outros custos de operação	(502)	-
	(10.261)	**(7.834)**

25 Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(891)	(403)
Materiais	(21)	-
Pessoal e encargos	(13)	-
Provisões para contingências	854	-
Aluguéis	(1)	(4)
Seguros	(1.070)	(664)
Comunicações	-	(161)
Viagens	-	(22)
Despesas Tributárias	(23)	(41)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(129)	(290)
Perda na baixa do imobilizado	-	(27)
Despesas compartilhadas (nota 10)	(209)	(1.452)
	(1.504)	**(3.064)**

26 Resultado financeiro

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais taxas, tarifas e multas.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.184	1.083
Variação cambial	1	
Outras receitas	385	535
Total das receitas financeiras	**2.570**	**1.618**
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	(12.330)	(13.614)
Amortização de custos de emissão de dívida	(83)	(102)
Atualização monetária sobre debêntures	(8.083)	(15.088)
Atualização financeira direito de uso		(38)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia	(3.443)	(14.413)
Outras despesas financeiras	(610)	(171)
	(24.549)	**(43.426)**
Despesa financeira com partes relacionadas		
Resultado com partes relacionadas	(1.591)	(1.085)
	(1.591)	**(1.085)**
Total das despesas financeiras	**(26.140)**	**(44.511)**
Resultado financeiro	**(23.570)**	**(42.893)**

27 Impostos de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente.

A Companhia adota o regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido de 10%sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social.

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Gerada	55.322	50.157
Provisões / reversões de receita	-	(6)
Receita financeiras	1.674	1.095
Base de cálculo IRPJ	**6.101**	**5.108**
IRPJ - 15%	(915)	(766)
IRPJ adicional - 10%	(586)	(487)
Base de cálculo CSSL	**8.314**	**7.114**
CSSL - 9%	(748)	(640)
Total de IRPJ e CSSL - lucro presumido	**(2.249)**	**(1.893)**

28 Compromissos

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contrato de compra de energia (i)	9.875	8.089		17.964
Custos acessórios às debêntures (ii)	35	140		175
	9.910	**8.229**	**-**	**18.139**

(i) Contrato de compra de energia

Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela sazonalidade da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

(ii) Comissão *fee*

Comissão *fee* são comissões a serem pagas a órgãos financeiros relacionadas aos registros das debêntures.

29 Transações não envolvendo caixa

Em atendimento ao pronunciamento técnico do CPC 03 (R2), as transações de investimento efinanciamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Portanto, apresentamos a seguir a composição das atividades deinvestimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa:

	31/12/2021
Repactuação de riscos hidrológicos	16.738
	16.738

DocuSign Envelope ID: 72AED89E-BCEC-4344-A6EB-9E239A597C98

30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R$ 235.773, de lucros cessantes no montante de R$ 50.873. O seguro de responsabilidade civil no montante de 60.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A.. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

31 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos significativos entre 31 de dezembro de 2022 e a data da emissão das demonstrações financeiras.

* * *

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelope Id: 72AED89EBCEC4344A6EB9E239A597C98
Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: Relatório de auditoria e demonstrações financeiras - Santa Cruz 2022
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 46
Signatures: 1
Certificate Pages: 2
Initials: 0
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Envelope Originator:
Juliana Pinto
Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
São Paulo, SP 05001-100
juliana.pinto@pwc.com
IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original
31 March 2023 | 20:03
Holder: Juliana Pinto
juliana.pinto@pwc.com
Location: DocuSign

Status: Original
31 March 2023 | 20:10
Holder: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Lia Marcela Rusinque Fonseca lia.fonseca@pwc.com Socia PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	DocuSigned by: Lia Marcela Rusinque Fonseca 69678CE1A9DA482... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 201.56.164.188	Sent: 31 March 2023 | 20:06 Viewed: 31 March 2023 | 20:07 Signed: 31 March 2023 | 20:10

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Juliana Pinto juliana.pinto@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 31 March 2023 | 20:10 Viewed: 31 March 2023 | 20:10 Signed: 31 March 2023 | 20:10

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2023 | 20:06
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2023 | 20:07
Signing Complete	Security Checked	31 March 2023 | 20:10
Completed	Security Checked	31 March 2023 | 20:10

Payment Events	Status	Timestamps